

## A luta coletiva em *A marquesa de Vale Negro*, de Maria O'Neill

Andreia Castro (UERJ)\*  
ORCID 0000-0002-2586-6789

**Resumo:** Os romances de Maria O'Neill (1876-1932), escritora portuguesa feminista, espírita e socialista comprometida, eram considerados por muitos conservadores como propaganda de ideias perigosas. Em sua prolífica e diversificada carreira, O'Neill, efetivamente, registrou e deu publicidade à experiência feminina e feminista do início do século XX. Os seus textos apresentavam e discutiam não só os atores que subjugavam, diminuía e limitavam a existência das mulheres, mas, sobretudo, as possibilidades e as potencialidades que elas dispunham para transgredir e superar tais impedimentos. Em *A marquesa de Vale Negro*, de 1914, Maria O'Neill aponta os efeitos nocivos da rivalidade feminina instaurada e mantida pelo patriarcado. Seguir os passos da escritora no Brasil também é revelar os percursos do feminismo e do espiritismo no país. Sem finais conciliatórios, seus textos afirmam a importância da mobilização e da luta coletiva para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

**Palavras-chave:** Maria O'Neill; Feminismo; Socialismo; Escrita feminina; Brasil

**Abstract:** The novels of Maria O'Neill (1873-1932), a committed Portuguese feminist, spiritualist and socialist writer, were considered by many conservatives as propaganda for dangerous ideas. In her prolific and diverse career, O'Neill has effectively registered and publicized the feminine and feminist experience of the early 20th century. Her texts presented and discussed not only the actors who subjugated, diminished and limited the existence of women, but, above all, the possibilities and potential that they had to transgress and overcome such impediments. In *A marquesa de Vale Negro*, of 1914, Maria O'Neill points out the harmful effects of the female rivalry established and maintained by the patriarchy. Following in the footsteps of the writer in Brazil is also revealing the paths of feminism and spiritualism in the country. Without conciliatory endings, Her texts affirm the importance of mobilization and collective struggle for the construction of a more egalitarian and just society.

**Keywords:** Maria O'Neill; Feminism; Socialism; Female writing; Brazil

**Resumen:** Las novelas de Maria O'Neill (1876-1932), escritora feminista, espiritista y socialista comprometida portuguesa, fueron consideradas por muchos conservadores como propaganda de ideas peligrosas. En su prolífica y diversa carrera, O'Neill registró y publicitó con eficacia la experiencia femenina y feminista de principios del siglo XX. Sus textos presentaban y discutían no sólo a los actores que subyugaron, menospreciaron y limitaron la existencia de las mujeres, sino, sobre todo, las posibilidades y potencias que tenían para transgredir y superar tales impedimentos. En *A Marquesa de Vale Negro*, de 1914, Maria O'Neill señala los efectos nocivos de la rivalidad femenina instaurada y sostenida por el patriarcado. Seguir los pasos de la escritora en Brasil es también revelar los caminos del feminismo y el espiritismo en el país. Sin finales conciliadores, sus textos afirman la importancia de la movilización y la lucha colectiva para la construcción de una sociedad más igualitaria y justa.

**Palabras-clave:** María O'Neill; Feminismo; Socialismo; escritura femenina; Brasil

Recebido em: 16 fev. 2021 | Aprovado em: 01 maio 2021

---

\* Doutora em Literatura Comparada e professora Adjunta de Literatura Portuguesa e Literaturas Africanas de Língua Portuguesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: andreiaacastro@gmail.com.

Isso, para dizer que, em moral, ela é livre, isto é, libertina.  
 Não admira: a autora talvez se tenha incluído no número daquelas que lhe inspiraram este conceito  
 “Mulher é sinônimo de tudo quanto há mão”  
 [...] Vê-se que seu livro é prejudicial, em todos os pontos de vista.  
 Lyco Baguary, “Momento literário” In: *A união*, 5 de fev. 1925, p.2<sup>1</sup>

Segundo Chartier (1990), o conceito de representação se pauta em duas realidades distintas, mas que se interpenetram. Uma diz respeito às identidades coletivas, aos ritos, aos modos que fundamentam as instituições sociais. A outra se refere à identidade do sujeito, às formas de exibição individual e à avaliação desse indivíduo pelo grupo. Por meio da representação, fundam-se padrões, crenças e valores, muitos deles marcados pela transitoriedade, pela instabilidade, pela fluidez, mas todos relacionados a questões estéticas, morais, religiosas, filosóficas, políticas e econômicas, sustentando relações de poder, de dominação e de resistência. A literatura, como instrumento de construção, de interpretação, de disseminação e de questionamento das representações dominantes, obviamente, também projeta, mantém e subverte identidades individuais e coletivas.

A alusão à escrita de uma mulher como Maria O’Neill, feminista, espírita e socialista comprometida, gerava, pelo menos, uma expectativa de leitura, a de representação “de uma mulher que se ressentia do tratamento imposto a seu gênero e defende seus direitos.” (WOOLF, 2019, p.11). O medo dessa representação sentido pelos conservadores é, por exemplo, explicitado no trecho da resenha publicada no jornal carioca *A união*, que serve como epígrafe deste artigo. O’Neill, como ela mesma afirma, era considerada, no Brasil e em Portugal, como uma “propagandista perigosa” (O’NEILL, *O combate*, 12 de out. 1919, p.1). Em sua extremamente prolífica e diversificada carreira<sup>2</sup>, O’Neill, efetivamente, registrou e deu voz e publicidade à experiência feminina e feminista do início do século XX. Os seus textos apresentavam e discutiam não só os atores que subjogavam, diminuía e limitavam a existência das mulheres, mas, sobretudo, as possibilidades e as potencialidades que elas dispunham para transgredir e superar tais impedimentos. Para tal, como visto, a escritora enfrentou muita resistência. Como Virgínia Woolf aponta, naquele momento, era “preciso ter uma mente muito poderosa e serena para resistir à tentação de irar-se” (WOOLF, 2012, p.11). A chacota, a censura, a garantia de inferiorização, de uma forma ou de outra, eram prodigalizadas às mulheres que exerciam essa função. No início do século XX, o constrangimento social ainda limitava a expressão pública das mulheres, restando-lhes exatamente os espaços privados. Contudo, sem esmorecer, “nunca segui leis diferentes das da minha consciência nem vontade máscula se me impôs, nunca” (O’NEILL, *O combate*, 20 de fev. 1919, p.1), atuando como escritora, jornalista e editora, Maria O’Neill dedicou-se à defesa da emancipação social, jurídica e política feminina.

<sup>1</sup> Todas as citações foram ortograficamente atualizadas.

<sup>2</sup> Conforme: LOUSADA, Isabel. “Humor e feminismo: qual é a graça? A sátira de Maria O’Neill ou a contradança dos sexos”. In: *Historia*, Vol. 4, n.2. Rio Grande: Editora da FURG, 2013.

Figura 1 – Anúncio de uma palestra de Maria O'Neill em uma agremiação socialista:

### MULHERES DE HOJE

*Poetisa, prosadora e conferencista, mulher de lar e mulher de trabalho ela é também entre a nossa reduzida falange feminista que se interessa pelas questões sociais, a figura de maior relevo, de mais fulgurante brilho.*

*Inteligência superior a servir um coração amantíssimo, nos seus versos de uma estranha singeleza como na sua prosa elegante e vernacula psrpassa sempre um pouco de espiritualismo emocionante e vivo, que nos subjugam e avassala.*

*Como conferencista é de extraordinária grandza a sua obra a magia, suprema da sua voz eléctrica e convença.*

*Devo-lho muito o Combate pela sua preciosa colaboração, de ve-lha muito o Partido Socialista onde enfileira entre as primicias figuras.*

*A conferência que a ilustre senhora amanhã realiza no Teatr Sãllo dos Anjos na festa de uma das mais prestigiosas agremiações socialistas, será mais uma manifestação do seu talento, uma prova inconfundível da sua Fé Socialista.*

*Abram alas rapazes, é uma Mulher que passa.*



Maria O'Neill

O'Neill foi membro do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), o grupo de mulheres mais antigo da história de Portugal, e desempenhou papel de destaque no Primeiro Congresso Feminista e de Educação, que ocorreu em 1924 (OLIVEIRA, 2005, p.29). Liderando e participando ativamente de movimentos e associações sociais e políticas, inúmeras foram as conferências e as palestras por ela ministradas não apenas em seu país.

Figura 2 - A direção do CNMP no 2º Congresso Feminista e de Educação (Lisboa, 1928)



Da esquerda para a direita, no 1.º plano: Maria Leonarda Costa; Isaura Seixas; Tetralda de Lemos; Maria do Céu Branquinho; Sara Beirão; Rosa Pereira. No 2.º plano: Maria O'Neill; Angélica Porto; Beatriz Magalhães; Adelaide Cabete. No 3.º plano: Fábila Ochoa; Maria da Luz Santos; Zoé Pereira; Mariana Silva; Elina Guimarães; Maria Luísa Amaro; Deolinda Lopes Viera; Cipriana Nogueira; Fernanda Pimentel Arquivo de História Social do ICS-ULisboa

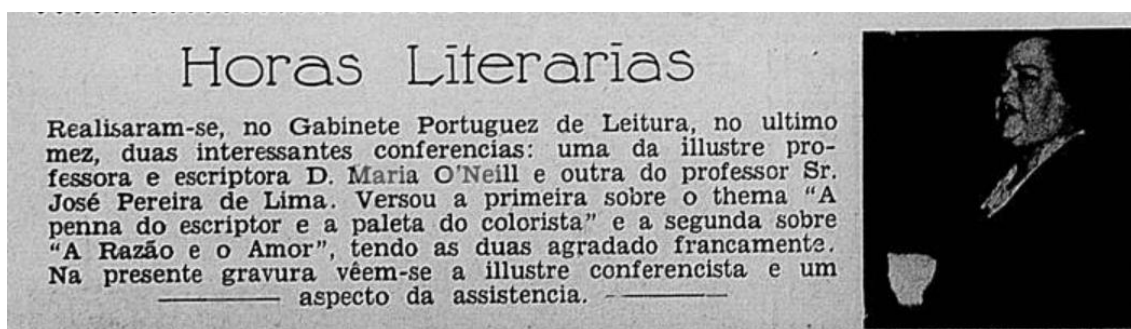
Fonte: <https://www.publico.pt/2020/09/27/sociedade/noticia/cem-anos-lutas-femininas-feministas-portugal-exemplo-pioneiras-1932367>

Em 1930, Maria O'Neill percorreu o Brasil, de norte a sul, se apresentando em

diversas capitais do país, para apresentar e debater questões literárias e espíritas. Anúncios publicitários, entrevistas e recepção crítica veiculadas por periódicos brasileiros revelam a importância e a difusão de suas obras. Seguir os passos da escritora portuguesa no Brasil também é revelar os percursos do feminismo e do espiritismo no país. Em sua última estadia em terras brasileira, em 1932, O'Neill, que já se encontrava com a saúde debilitada, não resistiu e morreu durante a viagem de volta a Portugal. Como noticia a revista *Brasil Feminino* de maio daquele ano:

Maria O'Neill, de cabelos brancos, mas d'alma sempre moça, vinha cheia de alegria e de esperanças, quando a morte traiçoeira a surpreendeu a bordo, perto da Bahia, em dias do mês passado. Morreu, Maria O'Neill à vista de terras do Brasil, e por um estranho capricho do destino, teve por sepultura o mar. A ilustre artista, dorme, para sempre, no seio das águas brasileiras, e que sepulcro mais belo para uma mulher que sonhou tanto? (1932, p.25).

Figura 3 – Maria O'Neill em Conferência no Real Gabinete Português de Leitura



Fonte: *Lusitânia*, 16 de outubro de 1930, n.42, p.34

Sobre essa relação, Isabel Lousada no artigo *Humor e feminismo: qual é a graça? A sátira de Maria O'Neill ou a contradição dos sexos*, salienta:

[...] poetisa de renome consagrado, ainda em vida abarcou o universo luso-brasileiro em inúmeras publicações periódicas em que foi colaboradora. 'Divulgar Brasil em Portugal e vice-versa' era a intenção da revista *Brasil-Portugal* (1899-1914), sendo a escritora Maria O'Neill uma das que nela figurou pontuando na temática feminista (2014, 92-93).

Contudo o maior legado de Maria O'Neill parece ser mesmo a sua vasta produção literária, que, apesar de rica e multifacetada, necessita de novas edições e de leitura crítica. Esse apagamento talvez se deva justamente às suas posições ideológicas e políticas. A própria escritora reconhecia esse risco: "É possível que não me leiam, mas quem faz o que pode não é a mais obrigado" (O'NEILL, *O combate*, 20 de fev. 1920, p.1). Muitas de suas narrativas encenavam as injustiças e as opressões de gênero e de classe. Sem finais conciliatórios, seus textos afirmam a importância da mobilização e da luta coletiva para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa, "devemos cerrar fileiras e empregar mais energia em nossas ordeiras reivindicações. Para quem não sabe recuar, teimar é vencer" (O'NEILL, *O combate*, 20 de fev. 1920, p.1). Em *A marquesa de Vale Negro*, de 1914, Maria O'Neill aponta os efeitos nocivos da rivalidade feminina instaurada e mantida pelo patriarcado. As tensões entre Margarida e Joana encenam os conflitos entre as que se esforçavam para encarnar a perfeita dona de casa e as que tentavam constantemente se

libertar desse padrão, matando “o anjo do lar” (WOOLF, 2012, p.6). Esse antagonismo é representado através das irmãs que, mesmo sendo em tudo antitéticas, se viam impelidas a disputar os mesmos papéis e as mesmas posições sociais alcançadas pelo casamento. A trajetória das duas protagonistas e o desfecho do romance parecem comprovar que, no início do século XX, o matrimônio naqueles moldes podia rimar com patrimônio e até promover a ascensão econômica e social, mas, com frequência, era antônimo de liberdade e funcionava como um dos maiores impedimentos à emancipação feminina. Isso valia tanto para a ingênua e recatada como para a atrevida e sensual. Quase sem direitos e oportunidade de trabalho, o resultado era o mesmo: a submissão primeiro ao pai e depois ao marido. Naquele contexto histórico-social, inclusive, dividir ou encaixar as mulheres em posições estanques, na verdade, funcionava como mais um instrumento de dominação.

Para comprovar esse ponto de vista, Margarida, cujo nome remete à pureza e à fidelidade, desempenha o papel da cuidadora, da governanta simpática, sendo imensamente encantadora e totalmente altruísta. Já Joana representa a camponesa valente, cujas articulação, capacidade de liderança e rebeldia são interpretadas como virilidade e erotismo. Ela é a única a verbalizar os preconceitos de classe aos quais ambas estavam sujeitas. Em conversa com a irmã, afirma: “os fidalgos pensam que só eles são gente. A canalha, como dizem quando falam de nós, não tem coração” (O’NEILL, 1914, p.6-7).

Divergindo de Joana, Margarida sonhava em se casar com Estevam, o marquês aburguesado e “senhor” da propriedade na qual trabalhava, como se a sua união com o patrão fosse a realização de um verdadeiro conto de fadas. A governanta, se valendo de “seus bons modos” e de “sua boa aparência” – “alta e delgada”, com “o pé graciosamente pequeno”, “o cabelo castanho, a tez pálida e um aspecto aristocraticamente altivo” (O’NEILL, 1914, p.6-7) –, pretendia passar de caseira rural a senhora de casa burguesa. Mesmo se esforçando para assimilar boa parte dos trejeitos e do aspecto dos mais abastados, Margarida ainda não era considerada como uma esposa aceitável pelo patrão. Para ocupar o papel de marquesa, a moça que tinha nascido com uma outra destinação social necessitava de uma nova construção identitária. Segundo o marquês, Margarida não tinha sido “educada para senhora”, devendo seguir para Lisboa e dar entrada em um convento proeminente, “uma casa respeitável”, na qual as “boas mestras” lhe ensinariam “tudo quanto uma senhora mais urgentemente precisa saber” (O’NEILL, 1914, p.52-53). E, para uma adolescente burguesa, esse saber se resumia, como aponta Perrot, em se “preparar para desempenhar seu papel como mulher do lar: cuidar de uma casa, dirigir empregados, ser interlocutora do marido e a educadora dos filhos.” (PERROT, 2009, p.218). E, para isso, não havia “necessidade de saber latim nem dominar conhecimentos científicos especializados, bastando um verniz de cultura geral, artes recreativas – música e desenho – e uma formação teórica e prática” (PERROT, 2009, p.218). Afinal, nesse contexto a educação feminina não estava relacionada à emancipação e nem ao acesso ao mercado de trabalho, como a carta remetida pela estudante à avó evidência:

Esta semana comecei a trabalhar no manto que encomendaram daí para festa do Nossa Senhora. É todo branco, bordado prata, e o desenho é composto por festões de flores de laranjeira artisticamente dispostos. Foi a mostra geral, que é habilíssima em traçar debuxos, quo mo fez. No português, como já lho disse, vou otimamente. O francês é fácilimo, mas o inglês é que tem para mim imensa dificuldade; no entanto, com perseverança, creio que o chegarei a falar razoavelmente. Para a música, segundo afirmam as minhas freiras, está provado que tenho decidida vocação. Vou bem no piano, mas no canto melhor. O solo do hino à Virgem, que se canta durante o mês de Maria, foi com aplauso unanime

executado por mim. Diz a nossa mão que a minha voz é de soprano dramático. A avó não sabe o que é, mas a Sra. D. Maria da Graça sabe, porque entende de música. (O'NEILL, 1914, p.89).

A partir do encaminhamento dado a essa personagem, Marian O'Neill evidencia que, para o burguês, somente esposas e filhas bem-educadas, belas e decentes avalizariam a manutenção do capital simbólico da honra. E ser bem-educada, bela e decente, com frequência, significava ter a “boca fechada, lábios cerrados e pálpebras baixas”. (PERROT, 2005, p.09). Ter opiniões e expô-las não se coadunavam com os ideais de discricção e de obediência que a mulher deveria, a todo o momento, observar. Conforme Bourdieu afirma, “delas se espera[va] que [fossem] ‘femininas’: isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas” (2012, p.96). Segundo Irene Vaquinhas e Maria Alice Pinto Guimarães, essa situação se perpetuaria por boa parte do novecentos: “Dependência e submissão são as suas principais características, aceites, por grande número de mulheres, em meados do século XX, como fazendo parte da ordem natural do mundo” (2011, p.220).

Cabe ressaltar que Maria O'Neill também se posicionou sobre esse tipo de formação em seus textos combativos. Em *O voto às mulheres*, carta aberta publicada no jornal socialista *O combate*, a escritora afirma que, se realmente queriam formar boas mães e educadoras, as duas funções destinadas às mulheres, era preciso oferecer a elas, no mínimo, “a consideração e liberdade de pensamento e ação a que tem jus todo ser consciente” (O'NEILL, 1920, p.1). Endurecendo o discurso, ela defende que era preciso conscientizar os pais e, por consequência, os maridos que as mulheres tinham “faculdades para ser alguma coisa mais do que odaliscas, e que o casamento como modo de vida tem de deixar de existir” (O'NEILL, *O combate*, 20 de fev. 1920, p.1). Já na coluna *Diálogos femininos*, também publicada no *O combate*, O'Neill afirma que muitos governantes e intelectuais populistas não se interessavam verdadeiramente pela educação nem das mulheres nem da classe trabalhadora:

Não instruem o povo, não querem mesmo que ele faça opiniões próprio, porque esses amigos das dúzias querem levá-lo pela ponta do nariz para onde lhes convém, em vez de desejar que ele abra os olhos, esclareça a razão e proceda com conhecimento de causa. (O'NEILL, *O combate*, 1 de set. 1919, p.2)

Reconhecendo a fragilidade de sua situação, Margarida se esforçava em aprender bem e rápido todas as lições não para orgulhosamente usufruir dos méritos de sua distinção intelectual, mas para agradar o futuro marido e para apressar o casamento. Interessante notar que, para ela, o atalho para o coração de Estevam estava marcado por questões financeiras:

Nas minhas horas de recreio, como não gosto nem tenho paciência já para brincar: estou fazendo uma grande cobertura de trama para lhe oferecer nos seus anos. As férias grandes começam no fim de julho, mas, se a avó não for contra isso, não sairei do convento e as mestras, a quem já falei nesse sentido, estão dispostas a continuarem-me as lições. Soror Martha conta que para o ano, caso estude da forma que até agora tenho estudado, estarei bastante adiantada para poder sair o convento e acabar de estudar sozinha sem estar a fazer grande despesa que aqui faço (O'NEILL, 1914, p.89).

De fato, a preocupação com as despesas do noivo evidencia uma das exigências feitas às mulheres burguesas, a “divindade do santuário doméstico” não deveria ser apenas um belo ornamento, um invejado troféu, um corpo dócil e submisso, também era preciso saber administrar com contenção e inteligência o orçamento doméstico. E, para mostrar que Margarida trazia do berço pelo menos alguns daqueles atributos, a avó da menina tudo faz para gerir com toda a eficiência os recursos daquele lar que estavam prestes a ocupar:

Engrácia governava com a máxima economia, tratando como sua a fazenda alheia e não consentindo o menor desperdício.

Quando chegou ao fim do mês, entregou a Estevam trinta mil réis de sobras, com grande pasmo do seu amo que tivera muito mais frequentada a sua mesa nesse mês do que nos anteriores (O’NEILL, 1914, p.84).

Maria O’Neill denuncia que as benesses oferecidas pelo marquês, na verdade, eram apenas uma violência simbólica, expressa por imposição legitimada e dissimulada pelos valores da classe dominante, e, como aponta Bordieu, exercida com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem com aqueles que a exercem, “na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la” (1997, p.22). A fala de uma outra criada evidencia ainda mais essa situação: “Sabem vocês? Eu não casaria nunca com um destes gravatas. E a razão é que não se importam de nos elevar até eles, mas não descem até nós” (O’NEILL, 1914, p.158). Contudo, enquanto Margarida se encontrava encerrada no convento, sua irmã mais nova, Joantina, despertava a atenção do marquês. Joana representava as mulheres das classes trabalhadoras, aquelas, que, segundo Michele Perrot, eram um pouco mais autônomas e livres que as burguesas. Elas podiam exercer uma atividade profissional, embora ainda mantivessem sua jornada de trabalho “cadenciada pelas necessidades da família (PERROT, 2010, p.186), e, não raro, sofressem assédio exercido por patrões e por outros trabalhadores, sobretudo quando muito jovens, como a personagem de O’Neill. A futura cunhada do marquês não tinha a aparência adequada aos propósitos de Estevam, “não era menos formosa que a irmã, mas tinha um tipo inteiramente diferente. Trigueira, de cabelos bastos e ondedados” (O’NEILL, 1914, p.38). Nem mesmo possuía o temperamento sereno e servil de Margarida, Joana “era verdadeiramente insubordinada” (O’NEILL, 1914, p.84). Mas a compleição rija de quem arava a terra; o “andar rebolado nas ancas, que era o enleio dos rapazes”; seu modo rústico de vestir, o busto opulento no corpete negro, as saias curtas, os pés descalços; e as singelas cantigas que, com frequência, entoava o enfeitavam: “Se me queres dar um fruto, / Eu escolherei a romã, / Mas lê-lhe o nome às avessas / porque não sua tua irmã” (O’NEILL, 1914, p.63). Joana representava a terra, o povo e os meios de produção os quais o marquês pensava dominar, como Simone de Beauvoir aponta: “Não é apenas um prazer subjetivo e efêmero que o homem busca no ato sexual; quer conquistar, pegar, possuir; ter uma mulher é vencê-la; penetra nela como o arado nos sulcos da terra; ele a faz sua como faz seu o chão que trabalha: ara, planta, semeia” (2017, p.234-235). Para Estevam, conquistar Joana era fundamental para a manutenção de seu papel social. O desdém e a desobediência da saloia começavam a “indisciplinar a criadagem” (O’NEILL, 1914, p.84), a minar a autoridade de Engrácia e o respeito ao marquês. Joana estava inoculando o gérmen da luta de classes. A camponesa, que ardorosamente desejava unir-se ao também trabalhador rural João, igual a ela “em tudo na vida”, tal como a coincidência entre seus nomes sugeria, não cedia as investidas e desafiava o patrão. A resistência e a insubmissão da criada faziam com que Estevam entendesse que somente por via da força física poderia subjugar aquela criatura que não sonhava “passar de aldeã a madama” e nem “por um trono dar a liberdade a que estava

habituada” (O’NEILL, 1914, p.87). O temperamento de Joana despertava no patrão uma excitação diferente, uma agressividade que visava a submissão do outro ao seu desejo.

Contornando o princípio de motim e, principalmente, criando uma oportunidade de permanecer sozinho com a camponesa, Estevam decide afastá-la das atividades domésticas e, assim, da convivência e do olhar dos outros criados, incluindo o da avó da menina. Joana passa a cuidar da estufa do Vale Negro, sob a supervisão do marquês. Ela que antes era uma espécie baldia e selvagem, agora passava os seus dias presa naquele recinto envidraçado, artificial e controlado. É curioso perceber como o espaço físico, a estufa, representa emparedamento e dominação, e como o discurso bíblico é subvertido. O narrador aponta que, entre lindas e garbosas plantas, para Estevam, Joana encarna uma espécie de Eva, tão indefesa e como sedutora, que, em pleno Jardim do Éden, lhe oferece o místico e mitológico pomo. A relevância da cena é comprovada pela ilustração que estampada capa da primeira edição do romance.

Figura 4 – Capa do romance *A marquesa de Vale Negro*



Fonte: *A marquesa de Vale Negro*, 1914

Com ironia, o narrador afirma que o som dos pássaros, o cheiro das ervas e temperos, as formas voluptuosas daquele corpo feminino, em conjunto, formavam um cenário tentador ao qual ele não podia resistir: “Vendo a cena gentilíssima, da qual não conseguimos dar uma pálida ideia ao leitor, uma vertigem assombrou a razão de Estevam” (O’NEILL, 1914, p.108). Mas o fluxo de consciência do marquês revela que irresistível era a vontade de domesticar, de dobrar “aquela criatura simples, rústica, mais orgulhosa do que ele, que a cada passo lhe mostrava não lhe ligar a mínima consideração” (O’NEILL, 1914, p.107). Estevam não podia suportar o pouco-caso com o qual aquela “simples rapariga do campo” o devotava (O’NEILL, 1914, p.108). Dispensando o tratamento respeitoso dado a Margarida, ele resolve vencer as negativas da criada por meio da violência sexual: “lançou-se sobre a rapariga indefesa, como um tigre sobre um ser humano. Ela debateu-se em vão” (O’NEILL, 1914, p.108).

É interessante notar que a representação de Margarida como uma delicada flor e de



Joana como uma suculenta fruta parece estar relacionada com a distinção do temperamento e da forma com a qual as irmãs são aprendidas pelas demais. Segundo Alain Corbin (1987), as sutilezas olfativas permitiam uma nova gestão do desejo para os burgueses. Mães, irmãs, esposas e filhas deveriam exalar o delicado perfume das flores, condizente com o recato e com a discrição a elas convenientes. Jardins passam a ser separados das hortas domésticas e perfumes mais artesanais são superados pelas fragrâncias preparadas por perfumistas. Aromas almiscarados ou aqueles que despertavam o apetite, como o de frutas, ervas e temperos, poderiam ser interpretados como eróticas mensagens olfativas, sendo destinados àquelas que queriam despertar a libido e estavam dispostas aos “gozos sensuais” (1987, p.239-265). Essa prescrição a respeito de aromas e sabores, para Affonso Romano de Sant’Anna (2011), se concretizaria na distinção entre a “mulher-flor” e a “mulher-fruto”, divisão criada e exercida pelo e para o controle masculino. “A ideologia machista incorpora dois arquétipos de ser mulher enquanto um ser para o homem: Eva, sedutora e Maria, a mãe. A primeira para encantar o homem e a segunda, para gerar os filhos do homem; ambas para servi-lo” (AZEVEDO, 1985, p.127). Se valendo dessa retórica, o marquês, que, na verdade, encarava a irmã de sua futura mulher como “uma vergonha social de que ele teria de fugir assim que se casasse” (O’NEILL, 1914, p.107), tenta argumentar. Ironicamente, o narrador comenta que Estevam tinha sido vencido por uma irrefreável atração, pelos “caprichos físicos a que os homens estão sujeitos”, que havia sido traído pela besta que os machos trazem no peito (O’NEILL, 1914, p.107). Na verdade, Estevam agiu para se vingar da rejeição, para reafirmar o seu poder, para revalidar a sua masculinidade, para tomar posse daquilo que julgava ser seu, para minar a potência, a capacidade de Joana de subverter as estruturas do poder patriarcal. E o patrão teve êxito. Após sofrer o estupro, Joana sai da estufa humilhada e ferida. Ela passa a crer que sua coragem e seu senso de justiça nada puderam contra a vontade do patrão, e que, de algum modo, ela era culpada por passar por tamanha ingenuidade e confiança. Silenciada por ele, “não contes a ninguém. Perdoa-me. Eu não tenho culpa... Hei de reparar o mal que te fiz” (O’NEILL, 1914, p.108), e desamparada pela avó, “Sempre está fazendo uma piegas o diabo da rapariga!” (O’NEILL, 1914, p.108), Joana começa a temer pelo seu futuro. Os dias se passam e o seu maior receio se concretiza: “vou ser mãe” (O’NEILL, 1914, p.113).

Ao delimitar as relações de poder, ao evidenciar as assimetrias de classe e de gênero entre vítima e agressor, a escritora denuncia que, naquelas circunstâncias, a impunidade era quase garantida. Sem testemunhas, era a palavra de “uma saloia” contra a de um rico e respeitado marquês. Diante da diferença social, a justiça da época provavelmente entenderia que meninas pobres poderiam procurar e/ou provocar, intencionalmente, o seu ofensor para dele tirar algum tipo de vantagem, fazendo com que, muitas das vezes, a culpa recaísse sobre as vítimas. Com frequência, a denúncia de estupro só resultava em infâmia para as mulheres. Deste modo, entre o agressor e a vítima havia um pacto de silêncio tácito, que o protegia e favorecia o cometimento de tais atos. Eles sabiam de antemão que para elas em nada interessava denunciá-los, pois o contrário significava apenas sujeitar-se ao risco da difamação e da desonra. Joana só pensava no desgosto da avó, “sempre tão zelosa do bom nome das netas”, e nas “raparigas da aldeia a apontá-la a dedo e rirem quando ela passasse, chamando-lhe de galinha, insulto usual na terra às raparigas a quem acontecia qualquer fatalidade” (O’NEILL, 1914, p.108). Joana temia o julgamento de outras mulheres, sujeitas àquele mesmo cotidiano.

Para evitar a desqualificação moral e o repúdio da opinião pública, muitas vítimas aceitavam se casar com o agressor, visto que eram quase nulas as suas chances de reconstruir a vida e/ou contrair matrimônio em outras circunstâncias. Mesmo que o caso não se tornasse público, era muito arriscado unir-se a um pretendente sem contar-lhe o

fato, pois se um homem descobrisse que, ao se casar, a esposa não era mais virgem, poderia pedir a anulação do casamento. No romance, o casamento de Estevam e Joana não foi realizado como meio de reparação. O marquês, que só queria “fechar os olhos para não ver” os seus próprios atos e, dessa forma, não ser responsabilizar por eles, propõe matrimônio para que seu filho, a perpetuação de sua existência, não fosse um bastardo. Estevam, que já era um viúvo sem filhos, sempre sonhara com um herdeiro, e, pelo menos, para isso “a cabra que só sabia correr por montes e valados” servia (O’NEILL, 1914, p.115). Estevam que já tinha controle sobre a força produtiva de Joana, passava a dominar, particularmente, a sua sexualidade e a sua capacidade reprodutiva.

Evidentemente, o casamento não apagou o vivido, pelo contrário, inaugurou uma série de outras violências simbólicas. Frequentemente comparada à irmã, ao perfeito “anjo do lar”, Joana, a camponesa que defendia sua individualidade e estava habituada às formas de sociabilidade de sua classe, sempre era diminuída. Para cortar todas as raízes que mantinham Joana convicta de sua posição, o vínculo com a família, com o grupo social, com a terra natal, o marquês decide morar na França. Sob o pretexto de que sua reputação estava em perigo, devido à inabilidade social e da falta de refinamento da esposa, abandona o Vale Negro para se livrar “da gente da terra e de seus comentários”. Ao partir com o marido, Joana se torna um sujeito deslocado, fora de lugar, inapto e, portanto, um corpo em franco processo de docilização.

A nova marquesa, como Margarida já havia feito, se esforçava para se adaptar à nova condição, mas “sentia íntimas rebeldias”. Ainda divergindo da irmã, na aparência, “conseguia tudo de si, mas no íntimo não”. Não podia entender, por exemplo, que outra mulher servisse de ama-de-leite ao seu bebê: “Tinha que ver! Exclamava a marquesa num tom impetuoso que lembrava a mão na ilharga, antigo gesto habitual. Se eu, podendo vender saúde, dava meu filho para se criar a peitos estranhos!” (O’NEILL, 1914, p.115). Pela amamentação, a jovem mãe reencontrava a si mesma, em “uma íntima relação animal com o filho” (BEAUVOIR, 2017, p.730). Ao defender a sua posição, Joana mais uma vez enfrentava o patriarcado. A amamentação era considerada como uma tarefa indigna para uma dama. Nesse período, o aleitamento mercenário era uma prática socialmente instituída, e às camponesas da periferia cabia a tarefa de amamentar os filhos das classes sociais dominantes. Sob o pretexto da preocupação com a saúde da mãe, a interrupção da amamentação materna estava mesmo ligada ao breve retorno da esposa aos deveres conjugais. Joana, instintivamente, lutava contra a objetificação de seu corpo e contra a exploração do corpo de outra mulher. Lutava pelo bem-estar de seu filho e pelo bem-estar do filho de outra mulher. “Basta pensarmos nessas mulheres do campo que, mal acabavam de parir, abandonavam o seu bebê para amamentar uma criança da cidade, recebendo muito pouco por isso” (BADINTER, 2017, p.75). O marquês aceitava a imposição da mulher, mas se dizia horrorizado, afirmando lembrar que estava mesmo casado com uma “cabra”, com uma “saloia”. Ademais, todas as vezes em que Joana defendia uma posição, ela era animalizada, diminuída ou considerada como louca. Como Andreia Castro afirma, a insubmissão era frequentemente associada à irracionalidade e à loucura (2010, p.110).

No entanto, o que mais incomodava a marquesa era a tutela constante do marido, que, com vergonha de seus modos ou com medo de que ela cometesse alguma indiscrição, a acompanhava como quem ampara “uma criança prestes a cair, se lhe não acodem” (O’NEILL, 1914, p.115). Joana resiste à total dominação do marido até que percebe o sofrimento de Estevam com a notícia do casamento de Margarida com um militar abastado:

- Em que pensas?
- Na Margarida
- E fitando o marido, para lhe surpreender o mínimo movimento

d'alma, acrescentou:

– Vai se casar.

– Estevam teve um sorriso amarelo. Não que o seu coração sofresse, – ele adorava a mulher –, mas porque a sua vaidade de homem sentia-se involuntariamente lisonjeada com a ideia de que sua cunhada choraria eternamente a perda do seu amor. Não pode ser superior àquela rapidíssima consolação.

– Ainda lhe queres! Exclamou Joanhinha com pena.

– Não seja tonta!

Eu bem vi o teu movimento involuntário.

(O'NEILL, 1914, p.130-131).

Em seu íntimo, a reação do marquês fez-lhe uma transformação. A marquesa sabia que Margarida poderia ser a esposa e a mãe que todos idealizavam, e, estranhamente, isso lhe doía. O ciúme e a inveja que sentia da irmã só faziam comprovar essa odiosa máxima. “Para mulher, a maior antagonista é outra mulher, principalmente se o coração ou o interesse as torna rivais” (O'NEILL, 1917, p.53). “Ela, que tinha como pouca gente o instinto das coisas, sentia isto, que, é forçoso confessar, a humilhava aos próprios olhos” (O'NEILL, 1914, p.133). Mesmo assim, Joana passou a agir com a “distinção que era de se esperar da mulher que usava o aristocrático e antigo título de Vale Negro” (O'NEILL, 1914, p.133). “O marquês perdeu o receio de aparecer em público com sua mulher. E Joana não era mais indiferente a ouvir-se chamar de senhora marquesa, começou uma vida inteiramente nova. Tornou-se garrida. Gostava de parecer bonita e de que lhe dissessem que o era” (O'NEILL, 1914, p.133). Aceitou separar-se do filho, aceitou delegar a estranhos a criação de seu menino, que foi encaminhado para um dos melhores internatos franceses para receber a educação digna do título nobiliárquico e da fortuna que um dia herdaria. Apartada de sua cultura, de sua terra e sua gente, Joana se rendeu. O processo de docilização e dominação estava completo.

Através da personagem, Maria O'Neill comprova a importância da difusão e do acesso aos princípios da luta feminista e das bases do socialismo, de um programa sistemático e coletivo de defesa “do equilíbrio social dos seres”. A busca de Joana pela própria emancipação e pela igualdade social, guiada apenas por seu senso de justiça, por seus instintos, não foi suficientemente forte para que ela continuasse a reagir. Sem reforços, suas barreiras cediam devido não só à falta de apoio e à alienação constante que sofria, mas também por sua dificuldade em se solidarizar, de ter empatia com a própria irmã. A moça acaba se aniquilando ao tentar ser, justamente, o que mais repelia: uma mulher submissa aos homens e à elite de uma sociedade conservadora. Joana se tornava cada vez mais cúmplice dos agentes que pretendiam subjugar-lá. Sendo assim, é possível afirmar que, ao retratar o enquadramento sofrido por Joana, a autora evidencia a importância dos movimentos sociais e da luta coletiva na formação da consciência de gênero e de classe. Sozinha, a personagem sucumbiu. A transformação das netas parecia desagradar d. Engrácia, que pressente a profunda sujeição de suas netas:

Que me diria a Margarida, se, com aqueles ares de princesa que agora tem, eu a mandasse pôr-me um caldo verde ao lume? E a outra? Que se apanhou de título? Quando saiu, apesar dos vestidos, era ainda camponesa de lei. Agora... nas cartas que me escreve, já bota umas tais falas que às vezes não a percebo bem. Enfim, eles puseram-nas ao seu jeito, mas não ficaram ao meu. Isto é que é uma verdade. (O'NEILL, 1914, p.161)

Como representante das tradições populares, Engrácia se incomoda também com a perda da identidade das netas, imaginando que esse afastamento dos valores culturais seria ainda mais profundo nas próximas gerações. Para, de fato, alcançar o almejado progresso social e econômico era preciso muito mais do que “melhorar o trato” e “polir os costumes”, como ocorrera tanto com Margarida quanto com Joana. Naquele momento, muitos hábitos e costumes tipicamente portugueses eram vistos pelas elites como arcaicos, devendo ser substituídos. O processo de modernização social pressupunha a incorporação de princípios e modelos estrangeiros, sobretudo ingleses e franceses. Isso é evidente na formação do futuro marquês que deveria crescer no internato estrangeiro. Sendo criado pela mãe, essencialmente ligada aos hábitos e costumes do povo português, o futuro marquês, talvez, não atendesse a essa demanda. De certo modo, a sujeição e a alienação das moças também representavam a sujeição e a alienação da nação.

Depois de tanta violência nem mesmo o marquês poderia ser feliz. Inicialmente, sente o gosto da vitória e tripudia: “– Quem te viu e quem te vê! O que eras... e o que eu te fiz”! (O’NEILL, 1914, p.133). Contudo, para Estevam, Joantina perdera a autenticidade e a fibra, e, com elas, o valor. Sentia, agora, por ela um misto de indiferença e desdém. Conforme afirma Beauvoir, ele “conseguiu escravizar a mulher, mas desse modo despojou-a do que lhe tornava a posse desejável. Integrada à família e na sociedade, a magia da mulher dissipa-se em vez de transfigurar; reduzida à condição de serva, ela não é mais a presa indomada em que se encarnavam todos os tesouros da natureza. (2017, p.277). Estava sacramentado, a marquesa, para ele, era mesmo apenas uma representante da “canalha”. Mais uma vez, somente o fluxo da consciência de um homem hipócrita como Estevam faz com que o leitor conheça o que ele tinha em mente:

[...] um quarto de hora de animalidade que todos temos na vida. Uen-nos a beleza e a atração física, mas nunca as nossas almas se encontrarão, porque, na classe a que Joantina pertence, não existem almas, ou, se as há, são diferentes da minha, pairam num mundo inferior. Não há dúvida que tenho uma linda boneca, mas nunca possuirei uma mulher (O’NEILL, 1914, p. 133).

O marquês, simbolicamente, parece devido a uma lesão cardíaca. Joana não era mais um corpo a docilizar, não eram mais um território a dominar, um inimigo a submeter, como Simone de Beauvoir aponta, ela não era mais um objeto erótico para o marido (2017, p. 278). O casamento também para ele se torna um desgosto, uma penosa servidão. Acostumado à total “liberdade do coração”, não suporta o cativo da obrigação e da conveniência. Sem as pressões do Portugal da Monarquia Constitucionalista, encarnado na figura do marquês, Joantina regressa a sua terra natal, já republicana, disposta a retomar tudo o que lhe foi tirado. Após o enterro do marido no cemitério da grandiosa propriedade, a marquesa procura João da Levada. O “fato regional”, a opulência devolvida aos seios pelo corpete, “os cabelos frisados sobre a testa”, “tez trigueira”, “os lábios rubros como a romã”, para voltar a ser a camponesa, Joana começava a sua transformação de fora para dentro. Assim como fez quando se metamorfoseou na marquesa cosmopolita, as mudanças ocorriam primeiro em sua aparência, como se acreditasse que o hábito faz o monge. Dirigiu-se a sua antiga casa na aldeia, olhando o campo pensava: “ao uso da terra”. Mas suas mãos não estavam mais tão aptas aos trabalhos rurais, os seus pés, mesmo protegidos pelo uso de meias feriam-se ao caminhar na capoeira, estava acostumada à conversação fácil e a distrações. Para todos e para ela mesma, Joana era uma quimera, um “produto exótico” ao qual os camponeses não queriam reconhecer por igual e do qual os membros da alta sociedade tinham uma surda má vontade por se julgarem a ele superiores. Mais uma

vez, a trajetória de Joana é usada para que Maria O'Neill comentasse a política portuguesa. Essa volta aos valores do campo, da família tradicional e do nacionalismo, reafirmados na Primeira República, sem as reformas e as garantias sociais, soam como uma falácia para Maria O'Neill, inclusive em relação aos direitos das mulheres. Em 1920, a escritora afirma: “A mulher portuguesa trabalhou ativamente na implantação da República, esperando que raiasse para ela uma aurora de libertação. Enganou-se. Enganaram-na”. (O'NEILL, 1920, p.1).

Segundo Eduardo da Cruz, esse posicionamento de O'Neill e às relações que a escritora mantinha “com os monárquicos” teriam causado um certo desconforto na republicana ferrenha e grande nome do feminismo português, Ana de Castro Osório. Esse desacordo acabou se tornando um “impeditivo para uma inserção efetiva” de O'Neill no periódico *Portugal Moderno*, periódico da colônia portuguesa no Rio de Janeiro no qual Castro Osório gozava de certa influência, uma vez que a “questão política se tornou fator importante nessa folha” (CRUZ, 2018, p.214-215).

Mas, nos braços fortes de outro camponês reformado, transformado em “um dândi”, a marquesa encontra abrigo. João que, como o marquês, se apaixonara primeiro por Margarida, a rainha do lar, estava decidido a dividir sua vida com Joana, a senhora de Vale Negro. No romance de O'Neill, as desigualdades sociais não parecem ser neutralizadas pelas diferenças de gênero. O marido pobre é visto em posição de inferioridade em relação à esposa rica. O prestígio advindo da posse das terras e, sobretudo, do poder financeiro parecem ser realmente os capitais que mais importavam. Parecendo tentar compensar a sua situação econômica desfavorável e/ou manter seu casamento, João se esforça para que a marquesa desfrute de uma movimentada vida sexual. Em menos tempo de casada, Joana teve cinco filhos com o segundo marido. Em mais de onze anos de casada com Estevam, teve apenas um. Margarida e o marido Luís, que mantinham uma união dentro de todos os padrões, tinham três. A progenitura abundante e a virilidade de João também são formas de expressão da dominação masculina: “uma comprovação exemplar do poder masculino de fazer com que a interação entre os sexos se dê de acordo com a visão dos homens, que esperam do orgasmo feminino uma prova de sua virilidade e do gozo garantido por essa forma suprema da submissão” (BOURDIEU, 2012, p.31).

Neste ponto, a narrativa parece se encaminhar para a ininterrupta alegria e prosperidade dos dois casais. Mas, aparentemente, em rejeição aos romances que têm um desenlace conciliatório, a autora quebra as expectativas de quem já acreditava no final feliz. Uma sucessão de acontecimentos trágicos faz com que a trama siga um rumo inesperado. Margarida frágil e efêmera, como uma flor, falece repentinamente. João, embora satisfeito com a esposa, não suporta a perda da mulher que primeiro amou nem a presença do rico e bem-nascido concunhado. Sobre seus ombros pesava o vaticínio de Margarida: Joana “está destinada a casar com os homens que gostaram de mim”. Sem querer ver a marquesa novamente ter a vida arrebatada por um homem poderoso, João adocece gravemente chegando à cegueira. Sem esperanças de reverter o seu destino, João se mata, deixando uma carta para Luís: “Deixo-te Joana. Casa com ela, se não tiveres nisso repugnância”. O comportamento de João é marcado pelo machismo. Ele não suporta se sentir diminuído frente a outro homem e ainda transfere a “posse” da esposa como se ela fosse um domínio ao qual o outro teria preferência e/ou direito. Joana amava e se identificava com João, mas os sentimentos da marquesa, mais uma vez, sequer foram considerados.

Responsável por uma numerosa prole e se sentindo impotente naquele mundo dominado por homens, passado um pouco mais de um ano, a marquesa estava casada com o militar. Ambos viúvos e ricos. Não havia diferenças, distâncias ou contestações. Em um diário encontrado na casa do Vale Negro, Joana escreve que não se casara por amor a Luís

nem por obediência a João, seu terceiro casamento era um acordo necessário, conveniente, não só pela união dos bens, mas pela criação conjunta dos filhos das duas irmãs, que, deste modo, formariam uma grande, mas ajustada família, ainda que a conformação nuclear não fosse mais exatamente seguida. Maria O'Neill, aproximando-se do pensamento socialista marxista, parece sugerir que a criação dos filhos como atividade solidária e coletiva possibilitaria uma existência mais completa, potente e satisfatória para todos os indivíduos, fossem eles homens, mulheres ou crianças.

Para sobreviver às diferentes demandas dos homens, Joana se revela mesmo um camaleão, a camponesa rebelde, o anjo do lar, a esposa fogosa, e, finalmente, a marquesa que precisa cuidar dos filhos e satisfazer as exigências da sociedade. Ao longo da vida, ela foi mudando de cores, do rubor característico da romã, nos momentos de revolta ou na evidência do desejo, ao escurecimento do luto e do total esvaziamento de sentimentos. No impedimento da transformação social, coube à Joana viver as metamorfoses da adaptação à ordem da representação do patriarcado, como afirma Woolf: o “eu” é apenas um termo prático para alguém que não tem existência real” (2014, p.13).

Em *A marquesa de Vale Negro*, Maria O'Neill emprega a já consagrada estrutura do romance para defender a emancipação política, intelectual e econômica das mulheres, o acesso irrestrito à educação, a paridade de direitos e a justiça social. Ao explorar a tensão entre o discurso e o concreto, entre o dito e o interdito, a escritora comprova que era preciso unir esforços, divulgar informações, dar acesso ao conhecimento para que as mulheres deixassem de sucumbir pela violência simbólica ou física, deixassem de precisar transfigurar-se para resistir à opressão, para que nenhuma mulher permanecesse como uma tela lisa a receber alguma estampa pela mão e pela máquina social dos demiurgos homens.

## Referências

- AZEVEDO, Maria Amélia. *Mulheres espancadas: a violência denunciada*, São Paulo, Cortez, 1985.
- BAGUARY, Lyco. “Momento literário” In: *A união*. Ano XVI, n. 11, 5 de fev. 1925.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. 7.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993
- BEAUVOIR, Simone. *Segundo sexo*. 2 Volumes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CASTRO, Andreia. *Amor, desejo e transgressão: as cartas de amor na novela camiliana: 1860-1865*. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras, 2010.
- CRUZ, Eduardo da. “Ana de Castro Osório no Brasil: imprensa periódica, sociabilidade, política e mercado editorial”. In: *Miscelânea*, Assis, v. 24, 2018.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CORBIN, Alain. *Saberes e odores: O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. Tradução de Lígia Watanabe. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- LOUSADA, Isabel. “Humor e feminismo: qual é a graça? A sátira de Maria O'Neill ou a contradança dos sexos”. In: *Historia*, Vol. 4, n.2. Rio Grande: Editora da FURG, 2013.
- PERROT, Michele. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- \_\_\_\_\_. *História da vida privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo:

- Companhia das Letras, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros: Operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- OLIVEIRA, Maria Antónia. *Alexandre O'Neill: uma biografia literária*. Lisboa: Dom Quixote, 2005.
- O'NEILL, Maria. *A marquesa de Vale Negro*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1914.
- \_\_\_\_\_. *Almas femininas*. Porto: Livraria Magalhães & Moniz, 1917.
- \_\_\_\_\_. *O combate*. Diário Socialista da Manhã. Ano I, n. 132, 1 de set. 1919.
- \_\_\_\_\_. *O combate*. Diário Socialista da Manhã. Ano I, n. 172, 12 de out. 1919.
- \_\_\_\_\_. *O combate*. Diário Socialista da Manhã. Ano I, n. 298, 20 de fev. 1920.
- \_\_\_\_\_. *O combate*. Diário Socialista da Manhã. Edição extraordinária, 21 nov. 1920.
- SANT'ANNA, Affonso Romano de. *O canibalismo amoroso*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- VAQUINAS, Irene; GUIMARÃES, Maria Alice Pinto. “Economia doméstica e governo do lar. Os saberes domésticos e as funções da dona de casa”. In: MATTOSO, José (Org.) *História da Vida Privada em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.
- WOOLF, Virginia. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Trad. Denise Bottman. Porto Alegre: L&PM, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Um teto todo seu*. Trad. Bia Nunes de Sousa. São Paulo: Tordesilhas, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Mulheres e ficção*. Trad. Leonardo Fróes. São Paulo: Penguin-Companhia, 2019.